

Este livro resulta da compilação de textos selecionados, de entre 140 comunicações apresentadas na ESECS.IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, no XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e 10.ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, realizados conjuntamente. Os textos foram aprofundados, para esta publicação, e cruzam dois domínios simultaneamente distintos, mas, também, simultaneamente ‘irmãos’ na intervenção social empoderadora: a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social.

A Pedagogia Social, enquanto ciência matriz quer da Educação Social, quer da Animação Sociocultural, quer mesmo do Serviço Social moderno, aponta para tudo menos para o assistencialismo e para a caridade, na pretensa ajuda aos outros. Pelo contrário, alimenta profissões caracterizadas pela relação social de proximidade onde a escuta ativa, a comunicação, no seu sentido lato, a empatia e o partir do outro para a construção da sua própria autonomização são fundamentais. Inevitavelmente, a Pedagogia Social desemboca nessas profissões, não raras vezes, através da Mediação Intercultural (enquanto paradigma essencialmente preventivo, transformador e socioeducativo), onde o interventor, ao contrário da mediação clássica, é tudo menos neutro e imparcial. O Pedagogo Social tem intenções de mudança, o que implica uma (trans)formação de si, da visão sobre si próprio e da visão sobre os outros.



Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Teoria e Prática da Pedagogia Social,
da Mediação Intercultural e da Intervenção Social

Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,
José Carlos Marques, Pedro Silva,
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,
Rui Matos e Rui Santos (orgs.)

Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,
José Carlos Marques, Pedro Silva,
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,
Rui Matos e Rui Santos (orgs.)

TEORIA E PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL, DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DA INTERVENÇÃO SOCIAL



Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,
José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira,
Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos
(Orgs.)

TEORIA E PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL, DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DA INTERVENÇÃO SOCIAL



Edições Afrontamento

Título: Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social
Organizadores: Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán, José Carlos Marques, Pedro Silva,
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos

© 2023, Organizadores e Edições Afrontamento

Revisão: Ana Arqueiro

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

Rua de Santa Catarina, 895, 2.º D.º – 4000-455 – Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos / 197

N.º edição: 2212

ISBN: 978-972-36-2029-0

Depósito legal: 523577/23

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Setembro de 2023

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

ÍNDICE

Introdução	7
Capítulo 1	13
Epistemologia, mediação intercultural e pedagogia social <i>Ricardo Vieira, Ana Maria Vieira</i>	
Capítulo 2	25
Cultura y subjetividad desde la perspectiva de la pedagogía social. Modelos conceptuales de la mediación intercultural educativa <i>Rosa Mari Ytarte, Roberto Moreno López, Rut Barranco Barroso</i>	
Capítulo 3	37
La mediación intercultural metodología de intervención social: más allá de la gestión de conflictos <i>Maria Carmen Quesada Muñoz</i>	
Capítulo 4	49
La mediación intercultural, una herramienta socioeducativa para la prevención y el cambio social <i>José Alberto Gallardo López</i>	
Capítulo 5	61
Processos e dimensões subjetivas e objetivas da construção da identidade profissional da educação social <i>Fátima Correia, Germán Vargas Callejas, Paulo Delgado</i>	
Capítulo 6	77
Processos de mediação intrapessoal através da fotografia e videografia terapêutica – pedagogias da convivência, narrativas e <i>mindsets</i> <i>Pedro Queirós Pinto, Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 7	95
A “questão cigana” e a mediação intercultural <i>Micaela Lopes, Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 8	115
Da intervenção social intercultural no concelho de Leiria: diferentes respostas mediadoras <i>Joana Matias, Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 9	129
Programa de promoção de competências socioemocionais em contexto escolar <i>Ana Salomé de Jesus, Ricardo Pocinho, Cristóvão Margarido, Eva María Torrecilla Sánchez</i>	
Capítulo 10	143
Formación en violencia de género, de profesionales que participan en el Programa CaixaProinfancia, en la Región de Murcia <i>Alicia González Caparrós, Encarna Bas Peña</i>	
Capítulo 11	155
<i>Clown</i> e intervenciones socioeducativas. Desarrollo de sentidos, imaginación, pensamiento y emociones <i>Mauricio Durán, Xavier Úcar</i>	
Capítulo 12	165
Circo social, escola, pedagogia social e mediação intercultural <i>Rodolfo Correia, Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 13	179
Actividades de ocio en personas mayores. Una revisión sistémica <i>María Rosa Méndez Macías, Victoria Pérez de Guzmán, Rocío Cárdenas Rodríguez</i>	
Capítulo 14	201
Investigación-acción en escuelas de segunda oportunidad. Hacia una orientación comprometida con la justicia social <i>Soledad Romero Rodríguez, Victoria Pérez de Guzmán, Montserrat Vargas Vergara</i>	
Capítulo 15	215
Incidentes críticos, reflexividade, mediação interpessoal e intercultural na escolha da educação social como caminho profissional <i>Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques</i>	
Sobre os Autores	225
Sobre os Organizadores	233

INTRODUÇÃO

O XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e a 10.^a Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, realizados conjuntamente na ESECS.IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, cruzaram dois domínios simultaneamente distintos, mas, também, simultaneamente ‘irmãos’ na intervenção social empoderadora: a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social.

Há, ainda, uma grande lacuna de estudos sobre a relação da Pedagogia Social e, em parte, de todas as profissões sociais com a Mediação Intercultural que aposta no interventor que age dialogando, negociando, [mediando], empoderando, autonomizando, com práticas sempre de natureza relacional, no trabalho com sujeitos que pensam sobre si e sobre os outros e não com pessoas tantas vezes transformadas em objetos por parte do profissional social.

A Pedagogia Social, enquanto ciência matriz quer da Educação Social, quer da Animação Sociocultural, quer mesmo do Serviço Social moderno, aponta para tudo menos para o assistencialismo e para a caridade na pretensa ajuda aos outros. Pelo contrário, alimenta profissões caracterizadas pela relação social de proximidade onde a escuta ativa, a comunicação no seu sentido lato, a empatia e o partir do outro para a construção da sua própria autonomização são fundamentais. Inevitavelmente, a Pedagogia Social desemboca nessas profissões, não raras vezes, através da Mediação Intercultural (enquanto paradigma essencialmente preventivo, transformador e socioeducativo) onde o interventor, ao contrário da mediação clássica, é tudo menos neutro. É tudo menos imparcial, como se procurará discutir e refletir

- BOURDIEU, P. (2008). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* (9.ª ed.) Papirus.
- CAPUL, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social* (vol. 2). Porto Editora.
- CARIA, T., Sousa, P., & Almeida, J. (2017). A identidade profissional institucional. Atualidade da pesquisa em serviço social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 85, 149-165. <https://doi.org/0.7458/SPP2017852240>
- CORREIA, F. (2021). Atores-chave do processo de construção da identidade profissional dos educadores sociais em Portugal. *Interações*, 17(56), 11-30. <https://doi.org/10.25755/int.21163>
- CORREIA, F., Martins, T., Azevedo, S., & Delgado, P. (2014). A educação social em Portugal: Novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas – Educação*, 3(1), 113-124. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p113-124>
- DUBAR, C. (2005). *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Martins Fontes Editora.
- DUBAR, C., & Tripier, B. (1998). *Sociologie des professions*. Armand Colin
- FIALHO, J. (2017). A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. *Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*, 14(1), 138-162. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/1160>
- FRAYSSE, B. (2000). La saisie des représentations pour comprendre la construction des identités. *Revue des Sciences de l'Éducation*, 26(3), 651-676. <https://doi.org/10.7202/000294ar>
- GONÇALVES, C. M. (2007). Análise sociológica das profissões: Principais eixos de desenvolvimento. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17, 177-223. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2349>
- JODELET, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *Representações sociais* (pp. 17-44). Eduerj.
- MOSCOVICI, S. (2009). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Editora Vozes.
- SÁEZ-CARRERAS, J., & Molina, J. (2004). El Estado como actor clave en la profesionalización de los educadores sociales: De las políticas sociales a las necesidades. *Pedagogía Social: Revista Interuniversitaria*, 11, 135-163. <https://www.redalyc.org/pdf/1350/135015179007.pdf>
- SÁEZ-CARRERAS, J., & Molina, J. (2006). *Pedagogía social. La educación social como profesión*. Alianza Editorial.
- SÁEZ-CARRERAS, J., & Sánchez, M. (2006). Trust and professionalism in social professions: The case of social education. *Current Sociology*, 54(4), 595-606. <https://doi.org/10.1177/0011392106065091>
- SANTOS, C. (2011). *Profissões e identidades profissionais*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TIMÓTEO, I. (2015). A evolução da educação social em Portugal: Perspetivas e desafios contemporâneos. *Praxis Educare*, 1, 12-18. <http://www.aptspes.pt/wp-content/uploads/2019/12/PRAXIS-EDUCARE-n.%C2%BA-1-2015.pdf>

CAPÍTULO 6

PROCESSOS DE MEDIAÇÃO INTRAPESSOAL ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA E VIDEOGRAFIA TERAPÊUTICA – PEDAGOGIAS DA CONVIVÊNCIA, NARRATIVAS E MINDSETS

Pedro Queirós Pinto, Ricardo Vieira

Introdução

Nesta investigação, pensa-se a mediação intrapessoal enquanto espaço privilegiado de experimentação, simulação e educação recorrendo à imagem, numa ação e processo direcionado de intervenção psicossocioeducativa, potencializando a aquisição de ferramentas valiosas para melhorar a convivência e os relacionamentos. Promovendo, desta forma, um comportamento pró-social seguindo os valores de uma cultura de mediação e da pedagogia social, estimula-se a capacidade de os mediados praticarem e estarem conscientes dos seus processos de automeiação.

Através deste processo mediador, espera-se que os participantes possam desenvolver a sua literacia emocional, social e visual de forma crítica e reflexiva. A imagem oferece a possibilidade de se distanciarem dos seus autoconceitos, criando assim um espaço mais disponível para desenvolverem uma consciência mais elevada das suas narrativas, crenças, *mindsets* (Dweck, 2006) e comportamentos, assim como da subjetividade da sua interpretação sobre a experiência do outro. Percecionando-se como seres em constante mudança e construção, ao entender as implicações de alguns processos sociais, cognitivos e emocionais, o seu *mindset* poderá potencialmente flexibilizar-se, permitindo um maior entendimento sobre as suas narrativas e história de vida, assim como das dos outros.

Os quatro participantes neste estudo foram selecionados através de um formulário *online* e dois testes: o IRI (Davis, 1983, adaptado de Limpo *et al.*, 2010) e um teste de *mindset* (adaptado de Dweck, 2006). As metodologias aplicadas consistiram em duas entrevistas etnobiográficas a cada participante,

intercaladas com 10 sessões de acompanhamento individualizado organizadas por temas semanais. Foi criado um espaço seguro de observação, participação e diálogo em redor da partilha e da interpretação de imagens e composições (fotografia e vídeo), produzidas por diferentes artistas e pelos participantes. Cada encontro semanal propôs um desafio consoante a temática explorada e as experiências pessoais dos participantes.

Mediação intrapessoal

Apesar de na mediação sociocultural¹ existir consenso relativamente à importância das perspetivas, percursos e narrativas pessoais na forma como as pessoas se percebem, constroem a sua identidade e se relacionam consigo mesmas e com os outros, observa-se ainda uma forte carência de investigações e projetos que explorem especificamente processos de mediação intrapessoal. De modo a iniciar a reflexão sobre estas práticas, apresentaremos as contribuições de Torremorell (2008), Costa *et al.* (2018) e Mejía (2009), permitindo-nos assim mapear algumas das ideias que os autores destacam ao tentar delinear o que poderemos entender por mediação intrapessoal.

Torremorell (2008) reflete sobre a mediação intrapessoal enquanto processo de formação integral da pessoa mediada, motivada por processos de mediação interpessoal, grupal e sociocultural. A autora considera-a como um dos cinco níveis de análise das dimensões relacionais da pessoa, estabelecendo-a como a primeira – a relação da pessoa consigo própria. A mediação intrapessoal ocorre, segundo Torremorell (2008), através do processo diplomático presente na mediação, que define como um “verdadeiro cenário de intercâmbio e cooperação” (p. 72). É nesse cenário que se forma o espaço para que a pessoa possa ir modelando as suas atitudes e perspetivas, transformando-se e crescendo “emocionalmente e cognitivamente” (Torremorell, 2008, p. 72). Segundo a autora, “quando o mediador procura, com presteza, ativar as potencialidades das pessoas em relação à comunicação efetiva de pensamentos, sentimentos e vivências, dota os participantes no encontro de mediação de um espaço para refletirem sobre si mesmos” (Torremorell, 2008, p. 71), funcionando esse processo “como um convite para que cada pessoa, individualmente e solidariamente, construa e reconstrua a sua esfera pessoal de emoções e conhecimentos” (Torremorell, 2008, p. 71).

¹ Consideramos, nesta investigação, que toda a mediação sociocultural deverá ser também mediação intercultural.

Torremorell (2008) refere que um vasto conjunto de aprendizagens implicadas no processo mediador (tais como a revalorização, o reconhecimento, a reconstrução, a autoestima, a compreensão das emoções, a empatia, a escuta ativa, o pensamento criativo, crítico e reflexivo, entre outras) requerem que a pessoa desaprenda hábitos de confrontação e litígio, passando assim, gradualmente, a integrar novos comportamentos mediadores na sua forma de ‘ser’ e de conviver, aplicando a mediação e os seus valores, enquanto cultura. Em suma, a autora considera que este processo é desenvolvido de forma prática, ao longo da aprendizagem e experimentação de uma convivência mais pacificadora, reabilitadora e transformadora, onde, no processo mediador, a pessoa é incentivada a expressar-se e confrontar-se com as suas perspetivas, assim como com as do outro. É nesse espaço de abertura, exposição e entendimento que começa, em resposta às situações vividas, a estruturar novos conhecimentos sobre si mesma, aplicando-os não só nessa situação específica, mas no futuro.

Costa *et al.* (2018) abordam a prática da mediação intrapessoal numa investigação, publicada em 2018, sobre transformações identitárias ocorridas desde a infância até à idade adulta em sujeitos que tenham experienciado acolhimento residencial. Nesta, propõem-se a observar quais as práticas de mediação intercultural ocorridas durante esse período, quer intrapessoalmente, quer na relação com os outros. Aqui, a mediação intrapessoal é maioritariamente entendida como um processo das construções identitárias e das “metamorfoses do *self*” (Vieira, 2009). Os autores afirmam que a construção identitária surge “através de um processo de metamorfose cultural, que não raras vezes coloca as pessoas numa encruzilhada reflexiva” (Vieira, 2011, p. 61). Essas reflexões são o ponto de partida para que se desenrole uma análise e consciencialização mais profunda sobre o seu percurso de vida e sobre as transformações desencadeadas pelas mediações que experienciaram, fazendo, assim, com que reconstruam o seu entendimento sobre a sua própria identidade, ocorrendo uma “metamorfose do *self* mediada interculturalmente e intrapessoalmente” (Costa *et al.*, 2018, p. 212). Podemos considerar que os autores interpretam a mediação intrapessoal como um processo de consciencialização e reflexão sobre os momentos, mudanças e mediações ocorridas na sua história de vida, desaguando na sua interpretação e criação da sua identidade/do seu *self*.

Quer na perspetiva de Torremorell (2008), quer na de Costa *et al.* (2018), de forma simplificada, a mediação intrapessoal surge como um processo que ocorre ao longo das aprendizagens, dos percursos de vida da pessoa e da sua reflexão sobre os mesmos, podendo esta ocorrer de forma mais ou menos

consciente e com maior ou menor organicidade. É de notar que nenhum destes autores se dedicou especificamente à investigação em redor da mediação intrapessoal, introduzindo apenas alguns tópicos de reflexão sobre esta, não aprofundando a discussão acerca do seu potencial e desafios. Frisamos também que o seu entendimento sobre mediação intrapessoal coloca-a maioritariamente como um processo adjacente da mediação sociocultural e interpessoal, correndo o risco, a nosso ver, de ficar refém da ideia de uma espécie de consequência benéfica de outras práticas mediadoras e aquém das suas potencialidades.

Em 2009, Mejía publica uma obra inteiramente dedicada à mediação intrapessoal e aos modelos que propõe para que esta possa ser aplicada. Fazendo um cruzamento entre um levantamento teórico de autores multidisciplinares e a sua experiência profissional de ministrar *workshops* de mediação intrapessoal, a autora apresenta a sua própria conceção de mediação intrapessoal, referindo-se a esta como uma ferramenta de mediação de dilemas e conflitos interiores. Mejía (2009) afirma que, normalmente, ao falar-se de mediação, explica-se que esta “realiza-se entre pessoas (interpessoal), entre grupos (intergruppal), entre diferentes culturas (intercultural)”, mas, “salvo raras exceções, não se menciona que é possível aplicá-la intrapessoalmente” (Mejía, 2009, p. 2). A autora compara a mediação intrapessoal com a mediação interpessoal, explicando que, apesar das semelhanças entre as duas, a segunda (interpessoal) refere-se a um processo mediador entre duas pessoas, onde é feita uma abordagem menos focada na interioridade, enquanto na primeira (intrapessoal) o processo é feito entre “duas personagens ou partes internas de uma pessoa” (Mejía, 2009, pp. 15-16). A autora reforça a necessidade de mediar o nosso “mundo interno”, sendo esse o espaço onde os nossos pensamentos, emoções, valores, crenças e experiências “co-existem como personagens que expressam vozes internas e que em determinadas ocasiões lutam entre si” (Mejía, 2009, p. 2). Neste processo, o mediador deverá guiar a pessoa para que possa reconhecer as suas partes internas em conflito, ajudando-a a separar as suas emoções e necessidades das suas intenções e dos factos. Mejía (2009) explica que, ao depararmo-nos com uma situação conflituosa, o nosso mundo emocional está sempre presente, trazendo com ele os nossos “preconceitos, suposições e crenças, muitos deles provenientes das histórias que vivemos” (p. 25).

Para isso, a autora propõe a criação de personagens representativas dessas mesmas partes, que auxiliem a pessoa mediada a observar-se a si mesma, ganhando uma maior consciencialização sobre si, elemento que considera ser

“central no caminho para a pacificação” (Mejía, 2009, p. 16). Estas personagens poderão ser interpretadas pela pessoa mediada, pelo mediador ou por elementos externos, possibilitando assim que esta apazigue mais facilmente as suas partes em conflito. A autora afirma que é essencial que as pessoas entendam não só a utilidade da mediação no geral, mas também a importância de “conciliar as partes internas em conflito da mesma pessoa” (Mejía, 2009, p. 6) e de “encontrar uma alternativa para transformar os conflitos desde o lugar mais primário onde se geram, a mente” (Mejía, 2009, p. 6). Segundo a autora, a mediação intrapessoal promove um conhecimento mais aprofundado sobre os “espaços internos de cada um, ascendendo a outros níveis da consciência”, permitindo “investigar a partir de onde se movem as partes internas em conflito” (Mejía, 2009, p. 6) de cada pessoa e, simultaneamente, repensar o seu mundo emocional e os seus valores, motivando a sua colaboração na construção de um mundo mais pacífico. A obra de Mejía (2009) é, até à data, a publicação mais estruturada e extensa sobre mediação intrapessoal, propondo um equilíbrio entre uma intervenção pedagógica para a pacificação e uma abordagem mais instrumentalizada.

A proposta que apresentamos nesta investigação partilha algumas similitudes com algumas das ideias já aqui expostas, focando a sua prática interventiva na promoção dos valores da cultura da mediação e pacificação, estabelecendo como sua prioridade a formação para a convivência e mudança social e respetivos fenómenos a ela associados.

Américo Nunes Peres (2010) defende que a pedagogia da convivência deverá apostar “na criação de espaços e tempos de reflexão sobre os problemas da condição humana, bem como na afirmação da hospitalidade e no respeito pela alteridade dos seres humanos” (p. 18), considerando “importante conhecer e compreender a relação entre o mundo de onde se vem e o mundo para onde se vai, pois a perspectiva do outro favorece a eliminação de preconceitos, estereótipos e formas de exclusão” (p. 22). Torremorell (2008) adverte que, apesar de a mediação não alterar os padrões da sociedade vigente, “os conhecimentos que cria contribuem para melhorar a qualidade das relações humanas, uma vez que facilitam a elaboração e compreensão dos encontros” (p. 77). A autora acredita que a mediação detém em si um papel transformador e humanizador, promovendo “um avanço na desejada coesão social”, podendo vir a ocupar “um lugar central de uma nova cultura universal” (Torremorell, 2008, p. 29).

A mediação intrapessoal nesta investigação

Acreditamos que a mediação intrapessoal pode ser um espaço privilegiado para a aprendizagem e simulação da convivência, aplicando-se como uma intervenção psicossocioeducativa direcionada, inserindo-se numa prática de “pedagogia da convivência” (Jares, 2007). Contrariando a perspetiva de alguns dos autores previamente mencionados, defendemos que deve ser debatido e construído um campo de ação e teorização para a mediação intrapessoal, estabelecendo alguns princípios e eixos pelo qual esta deve ser refletida e praticada, para que possa ser fomentada e lhe seja atribuído um espaço e protagonismo que acreditamos deter, abandonando a ideia de que esta surja apenas de forma secundária, por extensão de outros processos mediadores.

É certo que refletir sobre mediação intrapessoal é indissociavelmente refletir sobre as mediações e convivências com o outro. Segundo Vieira (2011, como citado em Vieira & Vieira, 2021),

não nos podemos pensar como seres estáticos e a mediação provoca, justamente, dinâmicas nas identidades pessoais e sociais, quer dizer, na imagem de si e na imagem refletida pelos outros. Há sempre algo que se altera em nós a partir das relações que estabelecemos com o(s) outro(s). Existe sempre troca entre ambos. É dessas trocas com um outro que vamos construindo as nossas aprendizagens. (p. 188)

Desse modo, no contacto entre a minha realidade e a realidade do outro, são (re)construídas narrativas pessoais e sociais, num processo de interação complexa, sempre formativa, abrindo-se espaço para que potenciais mudanças e transformações moldem, não só as escolhas de cada um, mas a sua história de vida. A mediação intrapessoal ocorre ainda que não haja uma intervenção específica a esta; no entanto, como poderemos garantir que a pessoa dispõe das ferramentas necessárias para que essa autoconstrução ocorra de forma mais sustentada? Nas singularidades de cada pessoa, as experiências ressoam de forma distinta, podendo induzir diferentes reações para consigo e para com o outro. Existem inúmeros fatores que influenciam cada aspeto da sua vida e da sua capacidade de entendimento sobre si e sobre o outro. Se, por um lado, estas dinâmicas poderão estimular uma alteração e responsabilização relativamente às suas práticas de convivência e às suas contribuições para a construção de uma sociedade mais centrada nos valores da cultura de mediação, por outro, poderão criar aversão, recusa e conflito. Será possível promover e regular mudanças identitárias, comportamentais e sociais mais alicerçadas e sustentáveis sem que exista um trabalho desenvolvido em redor da aquisição

de ferramentas que permitam e facilitem a automeiação, a autorreflexão e a autocompaixão? Na nossa perspetiva, não nos parece que seja verdadeiramente exequível.

Acreditamos, por isso, no potencial da mediação como um campo de intervenção e conhecimentos complexo, com as suas próprias idiossincrasias. Desta forma, o processo mediador que visamos requer uma conjugação, atualização e diálogo entre saberes transdisciplinares (“hermenêutica multitópica” [Vieira & Vieira, 2016]) de modo a aplicar uma pedagogia social que abarque toda a complexidade presente na história e características de cada pessoa, como uma “antropologia da pessoa” (Vieira, 2009). Assim, fundamentamos esta prática através de autores de diferentes *backgrounds* culturais e formativos, atuando nos campos das ciências da educação, antropologia, artes, psicologia, trabalho social, neurociência, estudos sobre a paz e conflito, ciências políticas, estudos da narrativa e da imaginação, entre muitos outros.

A investigação aqui apresentada não propõe um modelo específico e fechado de aplicação (dado não se tratar de um processo de mediação instrumentalizado), sendo que a criação de linhas orientadoras para a prática implicaria um investimento mais aprofundado que não seria possível no ciclo de estudos em que foi executada².

De forma a estimular a literacia emocional, social e visual, concebemos uma estrutura para esta intervenção mediadora que permitisse a aquisição de conhecimentos de forma mais prática e experimental, recorrendo à imagem (vídeo e fotografia), e que simultaneamente desenvolvesse uma vertente formativa mais focada na exposição e diálogo que facilitasse ferramentas e conhecimentos sobre vários processos sociais, cognitivo-emocionais e comportamentais inerentes à convivência e respetivas abordagens e técnicas que apoiem a sua consciência e regulação.

Esta proposta procurou assumir-se também como uma plataforma de reestruturação de narrativas político-socioculturais em prol da justiça social, defendendo e promovendo os valores da cultura de mediação para a sociedade atual e futura (Torremorell, 2008). Usufruindo da utilização da imagem e da pedagogia visual como ferramenta de aprendizagem, experimentação, consciencialização e reestruturação de perspetivas e narrativas, facilita-se um trabalho reflexivo e criativo sobre narrativas pessoais, assim como coletivas, potencializando comportamentos mais pró-sociais.

Cientes de que não seria possível explanar de forma detalhada o processo de construção da estrutura que traçamos para esta investigação, e dada a

² Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social.

temática desta publicação, optámos por apontar apenas algumas ideias que consideramos relevantes, não só para a prática da mediação intrapessoal a que nos propomos, mas também para a reflexão sobre a mediação e a sua relação com a pedagogia social.

Nas palavras de Jares (2007), “a aprendizagem da convivência não pode ser uma atividade improvisada nem sujeita a uma mera intervenção oral num dado momento” (p. 136), sendo por isso essencial fomentar a necessidade de desenvolver uma consciência crítica e ativa sobre o papel formativo da convivência, para que esta não fique refém da falsa conceção de que é adquirida apenas por “osmose social não intencionada” (Jares, 2007, p. 18).

Como mediadores e interventores sociais, reconhecemos indiscutivelmente a importância das narrativas, histórias e experiências de cada um, sendo que habitamos num mundo de narração de histórias constante, estando biologicamente equipados para as utilizar enquanto ferramentas de mediação entre nós e tudo o que conhecemos. Segundo Kottler (2015), o nosso próprio processo evolutivo desenvolveu e preparou o nosso cérebro para ser um “recetáculo de histórias” (p. 91). As histórias movem-nos, influenciam, afetam e transformam a forma como sentimos, estamos e somos connosco e com os outros, ajudando-nos não só a armazenar dados e a compreender o mundo, mas também a prever desafios e cenários que possamos enfrentar futuramente (Kottler, 2015, p. 91). Plummer (2019) afirma que “ninguém chega a um mundo sem histórias” (p. 58), navegando, assim, entre diferentes encruzilhadas e realidades narrativas, onde, apesar de podermos criar as nossas histórias, raramente o conseguiremos fazer nas condições ou com a liberdade de que gostaríamos (Plummer, 2019, p. 58). Tudo está interligado por histórias, sendo que não conseguimos operar sem narrativas, porque o ser humano não só conta histórias, como, sobretudo, as centra em si, criando através destas o seu *self* (Plummer, 2019, p. 58). As nossas narrativas são marcadas de forma sensível pelo outro e pelas histórias que partilha connosco, desencadeando estas interações movimentos de aproximação/identificação ou de afastamento/rejeição para com o outro. É nessa correspondência e encontro que ampliamos os nossos horizontes de significados e valores, modelando quem somos e qual a história que pretendemos ter, mas também as narrativas sociais e o papel que nelas queremos/podemos desempenhar (Plummer, 2019).

É, por isso, necessário criar espaços formativos, críticos e reflexivos para que estas histórias possam não só ser partilhadas de forma segura, mas também escutadas e reconhecidas como reais. Muitas vezes, no confronto com a alteridade, acabamos por diminuir a experiência do outro, desacreditá-la, encará-la como um ataque à nossa própria experiência; desumanizamos, fechando-

nos, a nós e ao outro, numa única versão do que poderíamos ser e do que vamos sendo. Parece-nos pertinente evocar as palavras de Adichie (2009), que nos alerta para o “perigo de uma histórica única” (p. 17), afirmando que “é impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder” (p. 18) e que “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (p. 18).

O desafio de ir ao encontro das nossas histórias e confrontá-las com o nosso entendimento do outro é a ideia central da prática de mediação intrapessoal que trazemos a esta investigação.

Dweck (2006) investiga a nossa predisposição para possuir um *mindset* mais flexível, de crescimento (*growth mindset*), ou mais fixo (*fixed mindset*), sendo que estes influenciam os nossos pensamentos, crenças e padrões de comportamento relativamente a inúmeros aspetos centrais da nossa vida. Pessoas com tendência a ter um *growth mindset* percecionam o erro como algo natural e como uma oportunidade de crescimento, encarando a fluidez da mudança como algo benéfico e necessário para o seu desenvolvimento, não só para consigo mesmos, mas para com os outros. Contrariamente, pessoas que demonstram um *fixed mindset* mais predominante tendem a desenvolver uma postura mais fechada e fixa sobre a sua própria identidade e capacidades, assim como relativamente às conceções e impressões sobre o outro e sobre o mundo, dificultando o seu crescimento e aprendizagens. Dweck (2006) tem observado, ao longo da sua carreira, que estas predisposições são ensinadas culturalmente e que, muitas vezes, existem em simultâneo: uma pessoa pode acreditar na sua capacidade de aprender e errar mas ter um *mindset* fixo relativamente às capacidades do outro. Este tipo de *mindset* mais fixo tende a desencadear vários problemas, quer ao nível do bem-estar pessoal, quer coletivo, influenciando fortemente a convivência. A autora argumenta que é necessário formar as pessoas para que possam desconstruir a ideia de que o conhecimento, a identidade e as conceções são estanques e inalteráveis, sendo estas, na verdade, flexíveis, encontrando-se em constante transformação, ao serem percecionadas como tal (Dweck, 2006). Assim, para que qualquer processo mediador ocorra, é necessário que este *mindset* de crescimento, flexível, esteja presente, cabendo ao mediador alavancá-lo através de uma componente formativa integrada no processo mediador. Nesta investigação, acreditamos que, se conseguirmos consciencializar a pessoa da sua constante transformação e dos desafios que sente como algo natural, quer ao nível da sua identidade, quer da sua história, poderá potencializar-se o desenvolvimento de um *growth mindset*, alterando não só a sua perceção de si, mas também do outro e das narrativas sociais em que acredita. Desta forma,

as suas dissonâncias, receios e preconceitos evidenciam-se como algo possível de ser trabalhado.

Jares (2007) afirma que a convivência está condicionada pela inter-relação com os contextos políticos, económicos e socioculturais, moldando assim as várias dinâmicas, não sendo por isso possível dissociá-los uns dos outros. Neste processo de intervenção mediadora e formadora sobre a consciencialização, reconstrução e validação de narrativas pessoais e sociais (em constante transformação), defendemos a possibilidade de ir para além da escuta e do diálogo de ambas as partes. Expomos, assim, alguns conceitos que nos parecem ser fulcrais praticar e ter em consideração enquanto mediadores e formadores da convivência.

Ribeiro (2017) realça a necessidade de existir um “lugar de fala” e de como entendê-lo, contextualizando de forma interseccional as dinâmicas de poder impostas por uma sociedade branca colonizadora cisheteronormativa capacitista, denunciando as repercussões das mesmas. Esclarece primeiramente que o lugar de fala

não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (Ribeiro, 2017, pp. 85-86)

A autora denuncia a necessidade fundamental de questionar os sistemas de poder vigentes para que possamos entender lugares de fala.

Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? ... Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoa trans, lésbicas, *gays* podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? (Ribeiro, 2017, pp. 107-108)

É essencial trazer este questionamento para a intervenção mediadora, principalmente ao estar a formar para a convivência, mas também para contextualizar que parte do desconforto e do conflito que surge perante a alteridade poderá provir de uma narrativa perpetuada culturalmente de forma opressora.

Assistimos diariamente a histórias que são legitimadas e credibilizadas por vozes dominantes e hegemónicas, enquanto outras são dizimadas, criando uma inquestionável hierarquia de credibilidade ditada pelas narrativas de poder (Plummer, 2019, p. 124). As narrativas de poder estabelecidas pelo racismo, pobreza, colonialismo, heterossexismo, cisgenderismo, capacitismo, e pelo patriarcado, entre tantas outras formas de opressão e exclusão social, estão presentes de forma interconectada na política, na religião, nos sistemas institucionais, nos *media* e no nosso quotidiano, ensombrando todas as interações que temos, quer estejam presentes de forma consciente ou inconsciente. Estamos continuamente envolvidos num sistema capitalista, corrompido, danificado e desequilibrado, onde todas as histórias estão marcadas por uma inegável desigualdade social (Plummer, 2019, p. 125). As histórias fazem com que nos conectemos com as pessoas e, quando somos impulsionados por estas narrativas de opressão, ainda que por vezes inconscientemente, comportamos-nos de forma a aplicá-las, no que Plummer (2019) chama de “ação narrativa”, levando-nos não só a crer, mas a agir como se algumas pessoas fossem mais humanas que outras, mais dignas que outras e, em casos extremos, como se merecessem mais a sua vida do que outras (Plummer, 2019, p. 132).

Ribeiro (2017) reforça a dificuldade que por vezes surge de ouvir-se o outro, devido ao

incómodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do Outro serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cómodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados. . . . A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemónica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder. (pp. 110-111)

Essa consciência é fundamental para que nos situemos a partir do nosso lugar de fala e para que possamos ouvir, respeitar e reconhecer as outras pessoas no seu lugar de fala. A autora afirma que “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado . . . consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (Ribeiro, 2017, p. 117). Consideramos pertinente relacionar o ‘lugar de fala’ com a prática que Brown (2021) introduz como ‘*story stewardship*’. Esta prática, que podemos traduzir livremente como ‘acolhimento de histórias’, é definida pela autora como o honrar as histórias que partilhamos e ouvimos, reconhe-

cendo que esse ato deve ser tratado com respeito e cuidado. Para sermos bons acolhedores de histórias, devemos procurar ouvir, ser curiosos, afirmar e acreditar quando alguém nos diz como experienciou alguma coisa (Brown, 2021, p. 442).

Tal como a empatia, o *story stewardship* não é andar nos sapatos de alguém, mas ser curioso e construir confiança narrativa à medida que nos contam como é andar nos seus sapatos. É sobre acreditar nas pessoas quando nos contam como é que uma experiência foi para si. (Brown, 2021, p. 445)

Ao rejeitarmos a verdade da história de alguém, centramo-nos em nós e na nossa história, de forma a “proteger o nosso ego, comportamento e privilégio” (Brown, 2021, p. 444). Em vez de sermos bons acolhedores de histórias, acabamos por questionar se a história que alguém está a partilhar é real, porque difere da nossa própria experiência, ou diminuimos a sua experiência porque nos faz sentir desconfortáveis ou coniventes com o sistema que oprimiu/lesou a pessoa (Brown, 2021, p. 444).

Plummer (2019, p. 275) defende que as sociedades que se recusem a reconhecer a complexidade e humanidade das vozes e das histórias das pessoas que dela fazem parte irão falhar, inviabilizando a possibilidade de construção de (e mudança para) um mundo melhor. Apesar de as “narrativas de poder” estarem presentes na nossa vida desde que conhecemos o mundo, está nas nossas mãos impedir a sua disseminação e perpetuação (Plummer, 2019, p. 275). O autor argumenta que é nossa responsabilidade ser conscientes das narrativas de poder, desconstruindo-as, para iniciar um novo processo de construção de “políticas de narrativas de humanidade” (Plummer, 2019, p. 269). Através das nossas “ações narrativas”, devemos passar a dar vida a histórias que reparem os danos provocados pela opressão sistémica/histórica e pela desigualdade social, reestruturando a nossa conceção e sentido do que é ser humano (Plummer, 2019, p. 275). Plummer (2019, p. 269) define as “políticas de narrativas de humanidade” como um processo de construção de visões sobre o passado, o presente e o futuro, através dos nossos imaginários narrativos, ajudando a que pensemos de forma intergeracional e cultivando o nosso imaginário para mundos que permitam histórias futuras de esperança, diálogo, pertença e desenvolvimento humano.

Ao expormos aqui parte destes conceitos, ainda que de forma sucinta, esperamos introduzir e elucidar algumas das linhas de pensamento sobre as quais construímos a proposta de mediação intrapessoal apresentada. Expecta-se, também, contribuir para a reflexão sobre as práticas da media-

ção, intervenção e pedagogia social, para que estas não condicionem ou limitem a visibilidade e dignidade das pessoas mediadas, caminhando, desta forma, para uma pedagogia da convivência inclusiva e humana que almeje a justiça social.

Fotografia e videografia terapêutica

Partindo da importância do reposicionamento, de que aqui temos falado, perante as narrativas pessoais/sociais e da necessidade de alteração de crenças e *mindsets* (Dweck, 2006), encontramos na utilização da imagem, mais concretamente na fotografia e videografia terapêutica, uma ferramenta valiosa para sustentar um processo de mediação intrapessoal. Gibson (2018), apoiando-se na definição de Borden (2000), define fotografia terapêutica como as práticas de fotografia que beneficiam um aprofundamento do entendimento sobre o *self*, com uma intenção de reduzir conflitos interiores e aumentar as estratégias de *coping* da pessoa, sem a necessidade de estarem enquadradas num contexto clínico. As suas aplicações podem ser variadas, promovendo o bem-estar, o autoconhecimento e a reflexão, trabalhando sobre relações intra e interpessoais. Weiser (2010, 2015, como citado em Viñuales, 2015, e Gibson, 2018) reforça ainda o seu papel na contestação de problemas de justiça social como a exclusão, o isolamento, as tensões com grupos minoritários e os conflitos, podendo ser catalisadora de mudança social. Serrano e Digrandi (2014) consideram a fotografia e as linguagens audiovisuais como ferramentas privilegiadas para providenciar “um trabalho de narrativas pessoais que incorpore a memória, o projeto de vida, a emoção e o olhar” (p. 158), sendo estas “linguagens comunicacionais e expressivas que envolvem a pessoa na ação de ser, criar e narrar a sua presença no mundo, já que possibilitam uma via para a ressignificação das suas experiências de vida” (p. 158).

Gibson (2018) explica que, ao utilizar-se uma abordagem visual, as situações podem ser objetificadas numa imagem, criando distância, possibilitando, dessa forma, um diálogo onde o indivíduo olha para a sua relação com o seu *self*. Este processo não é exclusivo da fotografia, estendendo-se também à utilização da videografia terapêutica, que, apesar de utilizar técnicas e processos diferentes, mantém a mesma premissa: a utilização da imagem (agora em movimento) como ferramenta mediadora e promotora de autorreflexão e consciencialização de si próprio e dos outros. Ramon (2019) afirma que a criação em vídeo ajuda a construir discursos mais poéticos, funcionando como um “articulador de poéticas narrativas identitárias” (p. 12) e assumindo-se

como um “aliado natural” na educação e consolidação de discursos múltiplos, assim como de diferentes perspectivas e posicionamentos frente a uma visão monocultural e “única” do mundo (p. 12). O autor explica que na construção da nossa “biografia existencial” (Ramon, 2019, p. 11) desenvolvemos, de forma ainda não estruturada, um conjunto de narrativas complexas sobre nós mesmos. Ao materializar essas narrativas, num processo consciente, através de meios artísticos, desenvolve-se uma consciência autorreflexiva sobre a própria identidade, estabelecendo-se um processo de autoaprendizagem que facilitará, de igual modo, a compreensão da identidade e história do outro, potencializando uma relação mais empática (Ramon, 2019). Ao trabalhar com uma imagem que capturamos do mundo, quer no momento da captura, quer depois, podemos voltar a olhá-la. É essa possibilidade de voltar a olhar que facilita o processo “de nos encontrarmos com o mundo”, dando-nos a oportunidade de mudar a forma como nos aproximamos dele (Rodríguez Pérez, 2015, p. 211).

Huerta (2021) explicita que, ao trabalharmos a imagem, estamos não só a construir relatos visuais das nossas experiências e percepções, mas também a gerar “metáforas, alegorias e simbologias” sobre as nossas “experiências vitais” (p. 14). Viñuales (2015) explora, através do conceito que propõe, “fotologia” – “o conhecimento desenvolvido através da fotografia ou o estudo da fotografia” (p. 7) –, a utilização da imagem fotográfica em vários contextos, explicando que a fotografia é um meio muito versátil na evocação simbólica, na representação do mundo “como lugar de reencontro com a realidade” e na “proposta de novas formas de realidade” (Viñuales, 2015, p. 32). Huerta (2021), por seu turno, admite que o que mais valoriza na dinâmica da relação com a imagem é a observação e questionamento que podemos fazer sobre a nossa reação à mesma. Assim, propõe que nos questionemos sobre a nossa reação, tentando identificá-la, para que seguidamente possamos questionar o motivo dessa reação, iniciando-se dessa forma o processo que intitula como o “ritual” de nos conhecermos a nós mesmos através da possibilidade de empatizar perante certas imagens (Huerta, 2021, p. 38). Borisova (2021) argumenta que este tipo de propostas procura promover a transformação pessoal, incidindo sobre o processo de autodefinição dos seus participantes, reforçando, no entanto, que, apesar disso, existe simultaneamente uma prática mediadora centrada na mudança social. Digrandi (2022) referencia, no seu trabalho sobre vídeo e intervenção social, os autores Ochs e Capps (1996), que destacam que “as narrativas têm o potencial de gerar uma multiplicidade do *Eu*. Narrarem-se permite às pessoas experimentarem outras formas de ser e estar no mundo” (p. 85). Sendo o ser humano um ser “múltiplo”, a “exploração desta multipli-

cidade . . . permite ao sujeito explorar outras partes de si mesmo, não se limitando a uma só definição limitadora” (Ochs e Capps, 1996, como citado em Digrandi, 2022, p. 85).

Não abordaremos aqui com rigor as especificidades destas práticas ou as suas técnicas, sendo que nos propomos apenas a trazer, tal como mencionado anteriormente, algumas indicações de caminhos possíveis para a interação entre a mediação intrapessoal proposta nesta investigação e a utilização de ferramentas da fotografia e videografia terapêutica como promotoras e mediadoras de consciencialização, reestruturação de narrativas, *mindsets* e alteração de comportamentos.

Metodologias

Os quatro participantes foram selecionados através de um formulário *online* com questões pessoais e dois testes: o IRI (Davis, 1983, adaptado de Limpo *et al.* 2010) e um teste de *mindset* (adaptado de Dweck, 2006), que permitiram entender as predisposições empáticas e o *mindset* dos participantes. As metodologias aplicadas consistiram em duas entrevistas etnobiográficas a cada participante, intercaladas por 10 sessões de acompanhamento individualizado. Nas entrevistas iniciais observaram-se e analisaram-se diversos aspetos relativamente às suas autonarrativas e histórias de vida, tais como as percepções sobre si mesmos, particularidades que consideram importantes e relevantes da/na sua identidade/história, os seus relacionamentos interpessoais, o seu relacionamento com práticas mediadoras, bem como a sua relação com o desconforto, com a similaridade e com a diferença. Essa informação foi analisada e comparada com as respostas/resultados dos testes e, posteriormente, com as interações resultantes dos exercícios feitos durante o processo de mediação em redor das imagens e das temáticas abordadas. As entrevistas finais centraram-se no diálogo sobre o processo mediador que foi desenvolvido e a forma como se relacionaram com o mesmo, abrindo espaço para a crítica e reflexão.

O processo

Todas as sessões do processo foram conduzidas em redor da temática/referencial ‘A visibilidade e a invisibilidade’, onde, ao longo de 10 sessões de acompanhamento psicossocioeducativo teórico-prático, os participantes ques-

tionaram e dialogaram sobre as temáticas expostas. As sessões foram organizadas em dois momentos: uma parte de exposição e diálogo sobre conteúdo teórico relevante para a prática da convivência; e uma outra parte como um espaço seguro de observação, participação e diálogo partindo da partilha e interpretação de imagens/composições visuais (fotografia e vídeo). As imagens apresentadas durante o processo dividiram-se em dois tipos: as produzidas por diferentes artistas (relacionadas com a temática da sessão); e as que foram criadas pelas pessoas mediadas, partindo das suas experiências pessoais e percepções, dando resposta aos desafios propostos pelo mediador (alinhados com a temática de cada sessão). Após um encontro inicial onde o processo foi explicado, as restantes sessões abordaram as seguintes temáticas: identidade e autonarrativa na imagem/fotografia; emoções e granularidade emocional; desconforto e dissonância cognitiva; imaginação e simulação; *mindset*; voz e discurso interior; empatia; *story stewardship* e humanidade compartilhada. A seleção de temas e autores foi condicionada pela calendarização da investigação, estando esta integrada numa dissertação de mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Reforçamos, no entanto, que a seleção de temas, autores e técnicas deverá, idealmente, corresponder à realidade, às necessidades e aos objetivos de cada grupo de intervenção.

Conclusão

Encontrando-se esta investigação em fase de finalização, não é possível estabelecer, de momento, conclusões de forma muito estruturada. No entanto, partindo da análise feita, houve, por parte de todas as pessoas mediadas, uma reestruturação na forma como olham para uma imagem e como se expressam através da criação de imagens. Todos os participantes admitem a importância deste processo não só para si, mas também como prática de pedagogia social, revelando, no geral, uma maior consciencialização do seu relacionamento com o outro, maioritariamente no que toca ao desconforto e preconceito. Os participantes demonstraram, ao longo e após as sessões, não se prender tanto às suas impressões iniciais, reconhecendo gradualmente que estas não surgiam da realidade ou de factos, mas sim das limitações das suas próprias narrativas, experiências e preconceitos. Esta mudança de perspetiva evidenciou-se em situações em que as pessoas aparentavam ter uma realidade ou identidade mais distante da sua, passando a existir uma tentativa de aceitação do seu desconforto e estranheza, questionando as suas próprias reações e tentando

convertê-las em curiosidade pela história do outro. O discurso e entendimento dos participantes relativamente às suas emoções e a inúmeros processos sociais e cognitivos passou a integrar o seu vocabulário, sendo consideradas, por si, ferramentas importantes para a convivência e mediação com o outro e para uma automeiação do seu próprio bem-estar.

Apesar de as investigações sobre mediação intrapessoal serem ainda muito escassas, consideramos necessário e urgente explorá-las de forma informada e responsável, realizando investigações e projetos durante períodos mais extensos, com diferentes ferramentas e dinâmicas. Desse modo, esperamos reforçar e evidenciar a sua importância e potencial na prática mediadora, na promoção dos valores de uma cultura de mediação e na formação para uma pedagogia social e da convivência mais sustentável, justa e (re)humanizadora.

Referências bibliográficas

- DICHIE, C. (2009). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- BORISOVA, A. (2021). *Vídeo documental participativo como arte contextual. Una intervención artístico-pedagógica para la construcción identitaria en la adolescencia* [Tese de doutoramento, Universidade de Múrcia]. Repositorio Institucional de la Universidad de Murcia. <http://hdl.handle.net/10201/107702>
- BROWN, B. (2021). *Atlas of the heart: Mapping meaningful connection and the language of human experience*. Random House Publishing Group.
- COSTA, P., Vieira, R., & Santos, R. (2018). Políticas sociais, mediação intercultural e intrapessoal com jovens institucionalizados. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Da mediação intercultural à mediação comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir* (pp. 207-231). Edições Afrontamento.
- DIGRANDI, C. (2022). *La creación cinematográfica participativa como medio para la narración de experiencias adversas con la población migrante* [Tese de doutoramento, Universidade Complutense de Madrid]. Repositorio Institucional UCM. <https://eprints.ucm.es/id/eprint/74086/>
- DWECK, C. (2006) *Mindset: The new psychology of success. How we can learn to full our potential*. Random House Publishing Group.
- GIBSON, N. (2018). *Therapeutic photography: Enhancing self-esteem, self-efficacy and resilience*. Jessica Kingsley Publishers.
- HUERTA, R. (2021). *La imagen como experiencia*. McGraw Hill.
- JARES, X. (2007). *Pedagogia da convivência*. Profedições.
- KOTTLER, J. A. (2015). *Stories we've heard, stories we've told: Life-changing narratives in therapy and everyday life*. Oxford University Press.

- LIMPO, T., Alves, R. A., & Castro, S. L. (2013). Medir a empatia: Adaptação portuguesa do índice de reactividade interpessoal. *Laboratório de Psicologia*, 8(2), 171-184. <https://doi.org/10.14417/lp.640>
- MEJÍA, C. R. (2009). *Mediación intrapersonal – Un camino de pacificación personal*. Editorial Histórica.
- PERES, A. (2010). *In memoriam Xesus Jares Rodríguez*. In A. Peres & R. Vieira (Coords.), *Educação, justiça e solidariedade na construção da paz* (pp. 14-29). APAP e CIID-IPL.
- PLUMMER, K. (2019). *Narrative power: The struggle for human value*. Polity Press.
- RAMON, R. (2019). Las narrativas visuales y audiovisuales de ficción y la educación artística identitaria. *European Journal of Child Development, Education and Psychopathology*, 7(1), 5-14. <https://doi.org/10.30552/ejpad.v7i1.84>
- RIBEIRO, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Editora Letramento.
- RODRÍGUEZ Pérez, R. (2015). *Videoterapia. El acto de grabar, editar y evolucionar la producción a través de la mirada. Aplicaciones de su uso en talleres y sesiones de arteterapia supervisadas* [Tese de doutoramento, Universidade Politécnica de Valência]. Repositorio Institucional UPV. <http://hdl.handle.net/10251/59396>
- SERRANO, A., & Digrandi, C. (2014). Narrar con imágenes: Posibilidades de la fotografía y de los lenguajes audiovisuales en arteterapia. *Arteterapia*, 9, 157-158. https://doi.org/10.5209/rev_ARTE.2014.v9.47489
- TORREMORELL, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto Editora.
- VIEIRA, R. (2009). *Identidades pessoais – Interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Edições Colibri.
- VIEIRA, R. (2011). *Educação e diversidade cultural: Notas de antropologia da educação*. Edições Afrontamento.
- VIEIRA, R., & Vieira, A. (2016). Mediações socioculturais: Conceitos e contextos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 27-55). Edições Afrontamento.
- VIEIRA, R., & Vieira, A. (2021). Da complexidade dos processos educativos: A mediação intercultural e a construção de terceiras pessoas. In L. Rangel & L. M. Q. Sitja (Orgs.), *Mundo da vida e redes educativas* (pp. 169-196). EDUFBA.
- VINUALES, D. (2015). *El camino de la fotología. De las fototerapias a la fotografía*. Edición del autor.

CAPÍTULO 7

A “QUESTÃO CIGANA” E A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Micaela Lopes, Ana Maria Vieira

Introdução

O presente texto resulta de um projeto de investigação, realizado no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, tendo como ponto de partida o trabalho desenvolvido, enquanto técnica da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Braga, na 6.ª geração do Programa Escolhas (PE), com algumas das comunidades ciganas de Vila Verde (Braga) que há mais de 20 anos vivem em situação de pobreza e exclusão social (Lopes, 2022).

Assim, de acordo com a realidade observada, e considerando a necessidade de estudos ou investigações (Mendes *et al.*, 2014), nomeadamente qualitativos, capazes de “contribuir para pensar políticas públicas, formas e processos de melhoria das condições de vida” (Casa-Nova, 2020, p. 49) da população cigana portuguesa, ou que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos ainda escassos sobre os ciganos em Portugal (Mendes *et al.*, 2014); considerando, ainda, o reconhecimento da importância da mediação intercultural no desenvolvimento dos jovens, crianças e suas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, sentimo-nos motivados a desenhar o projeto de investigação: “O papel dos técnicos do Programa Escolhas na intervenção social com crianças, jovens e famílias de etnia cigana do distrito de Braga. A teoria e a prática da mediação intercultural”.

Neste sentido, procuramos, através de uma pesquisa qualitativa, descrever, entender e compreender, do ponto de vista dos sujeitos estudados, como se processa a intervenção social e as práticas de mediação intercultural dos técnicos do Programa Escolhas do distrito de Braga, no trabalho com comunidades ciganas, aproximando-nos do paradigma fenomenológico-interpretativo,